

UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: A FUNÇÃO POLÍTICA DA PALAVRA

A RAPPROCHEMENT BETWEEN SOCIAL PSYCHOLOGY, PSYCHOANALYSIS AND EDUCATION: THE POLITICAL FUNCTION OF THE WORD

UNA APROXIMACIÓN ENTRE PSICOLOGÍA SOCIAL, PSICOANÁLISIS Y EDUCACIÓN: LA FUNCIÓN POLÍTICA DE LA PALABRA

*Cristóvão Giovani Burgarelli**

*Amily Rocha Naves***

*Lenise Santana Borges****

RESUMO

Decorrente de um projeto de extensão que elegeu como campo uma ocupação urbana, este artigo constitui um exercício de diálogo, pesquisa e prática no âmbito da psicologia social, da psicanálise e da educação. Para fundamentar a aproximação aqui pretendida entre essas três áreas, elegemos a implicação de cada uma delas com os movimentos sociais, sobretudo sua articulação necessária com a política e o enfrentamento à vulnerabilidade dos direitos humanos. Do ponto de vista metodológico, após apresentarmos o argumento principal dessa elaboração, qual seja o de que a nossa ação junto à comunidade se fundamentou no papel central da linguagem para a constituição dos direitos no laço social e político, explicitamos a aproximação entre psicologia social e psicanálise ao mesmo tempo em que relatamos e discutimos alguns resultados da pesquisa-ação “Bem-estar psíquico no laço social”. Em seguida, considerando a aproximação que se fez necessária com a educação, comentamos a ação “Ler, escrever e brincar”, vinculada a esse projeto e realizada com as crianças da Ocupação Paulo Freire, em Goiânia, Goiás, constituindo-se uma resposta ao que entendemos como uma demanda clínica. Mesmo na contraposição de um cenário ideal, que contaria com uma sala bem equipada, frequentada por crianças atentas ao ensino,

*Psicanalista, doutor em Linguística e professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do GT Psicanálise e educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). E-mail: cgiovani@ufg.br / Telefone: (62) 99277-0867.

**Psicanalista, graduada em Direito e em Psicologia e pós-graduada (especialização) em Ciências Criminais. E-mail: amily.rocha@gmail.com / Telefone: (62) 98592-5628.

***Doutora em Psicologia Social, professora do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Membro do GT Cotidiano e práticas sociais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). E-mail: lenise@pucgoias.edu.br / (62) 9 8115-9139.

silenciosas e dóceis, com essa ação concebida e desenvolvida por uma equipe multidisciplinar voltada para a educação popular, lançamos a aposta de acolher, semear e encadear palavras, frases, discursos com os quais a comunidade foi capaz de arquitetar algumas construções referentes à sua nomeação, à sua história e à sua memória.

Palavras-chave: psicologia social, psicanálise, política, experiência educativa, linguagem.

ABSTRACT

Deriving from an extension project that chose an urban occupation as its field, this paper is an exercise in dialog, research and practice in the fields of social psychology, psychoanalysis and education. In order to support the rapprochement between these three areas, we have chosen the implication of each of them with social movements, especially their necessary articulation with politics and confronting the vulnerability of human rights. From a methodological point of view, after presenting the main argument of this article, which is that our action with the community was based on the central role of language in the constitution of rights in the social and political bond, we explain the rapprochement between social psychology and psychoanalysis, at the same time as reporting and discussing some of the results of the research-action *Psychic well-being in the social bond*. Next, considering the necessary rapprochement with education, we comment on the action *Read, write and play*, linked to this project and carried out with the children of an urban occupation in Goiânia, Goiás, which constituted a response to what we understood as a clinical demand. Even in contrast to an ideal scenario, which would feature a well-equipped room, attended by children who were attentive to teaching, silent and docile, with this action, conceived and developed by a multidisciplinary team focused on popular education, we took the gamble of welcoming, sowing and stringing together words, phrases, speeches, with which the community was able to design some constructions relating to naming, history and memory.

Keywords: Social psychology. Psychoanalysis. Politics. Educational experience. Language.

RESUMEN

Resultante de un proyecto de extensión que escogió, como campo, una ocupación urbana, este artículo constituye un ejercicio de diálogo, investigación y práctica en el ámbito de la psicología social, del psicoanálisis y de la educación. Para fundamentar la aproximación aquí pretendida entre esas tres áreas, elegimos la implicación de cada

una de ellas con los movimientos sociales, sobre todo su articulación necesaria con la política y el enfrentamiento a la vulnerabilidad de los derechos humanos. Desde el punto de vista metodológico, tras presentar el argumento principal de esta elaboración, a saber, que nuestra acción junto a la comunidad se basó en el papel central del lenguaje para la constitución de los derechos en el vínculo social y político, explicamos la aproximación entre psicología social y psicoanálisis, al mismo tiempo que informamos y discutimos algunos resultados de la investigación-acción Bienestar psíquico en el lazo social. Después, considerando la aproximación que se hizo necesaria con la educación, comentamos la acción Leer, escribir y jugar, vinculada a ese proyecto y realizada con los niños de una ocupación urbana, en Goiânia-Goiás, constituyéndose una respuesta a lo que entendemos como una demanda clínica. Incluso en la contraposición de un escenario ideal, que contaría con una sala bien equipada, frecuentada por niños atentos a la enseñanza, silenciosos y dóciles, con esa acción, concebida y desarrollada por un equipo multidisciplinar orientado a la educación popular, lanzamos a apuesta de acoger, sembrar y encadenar palabras, frases, discursos, con los cuales la comunidad fue capaz de planificar algunas construcciones referentes al nombramiento, a la historia y a la memoria.

Palabras clave: Psicología social. Psicoanálisis. Política. Experiencia educativa. Lenguaje.

1 INTRODUÇÃO

Andando, nos dias de hoje, pelas ruas de Goiânia, principalmente pelos bairros centrais, deparamo-nos, a cada esquina, sinaleiro, marquise ou cantinho em que se protege minimamente da braveza da natureza, com o evidente efeito das desigualdades sociais, juntamente com a falta de políticas públicas destinadas a moradia, saneamento básico, saúde, educação e emprego. De modo bem semelhante aos demais centros urbanos do Brasil e do mundo, vemos crescer, a cada dia, a população dos moradores de rua. “Como eu faço para chegar ao cano da ponte, perto da igreja catedral?” – frequentemente, podemos escutar essa pergunta da boca dos andarilhos recém-chegados e em busca de socorro. Sabem que, em Goiânia, esse é um dos lugares por onde poderão passar benevolentes que costumam doar comida, roupas ou algum outro suporte básico.

No dia 7 de setembro do ano passado, voltando das manifestações na ocupação Nova Canaã, referentes à 30ª edição do Grito dos Excluídos, passamos pelo referido “cano da ponte” juntamente com duas profissionais engajadas no movimento pela população de rua e escutamos de uma delas: *“Precisamos de mais pessoas pra trabalhar com a gente. Trabalhar com os moradores de rua faz parte da luta por moradia”*. Chegamos a comentar: *“A falta de políticas públicas para as diversas ocupações urbanas que conhecemos na grande Goiânia (em torno de 12) poderá intensificar, ainda mais, esse cenário de desalento que nos assombra cotidianamente”*.

Em maio de 2024, uma pesquisa do Ministério Público de Goiás estimou que, em Goiânia, 2,5 mil pessoas vivem em situação de rua. No entanto, não existe um mapeamento com dados oficiais que possa nos ajudar a explicitar esse problema. O IBGE não possui dados sobre a população de moradores de rua em Goiânia; o Censo de 2022 não apura especificamente o número de pessoas em situação de rua no Brasil, porém registrou que, nesse mesmo ano, 160.485 pessoas viviam em domicílios improvisados, como tendas e barracas.

A campanha “Despejo Zero”, lançada em julho de 2020, durante a pandemia da Covid-19, e constituída por mais ou menos 175 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivos que atuam contra os despejos e remoções forçados em todo o Brasil, pode nos ajudar a suprir, pelo menos parcialmente, essa lacuna referente aos dados oficiais. Conforme podemos ver em seu site “www.campanhadespejozero.org”, de março de 2020 a setembro de 2022, no Estado de Goiás, 1.683 famílias foram despejadas, enquanto 4.205 se encontravam ameaçadas por despejo.

O relato e os dados acima se referem bastante ao contexto em que, no início de nosso estágio em psicologia social comunitária¹⁷, fomos convocados a nos aproximar do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito (MTD-GO), na tentativa de articular a possibilidade de uma pesquisa-ação efetiva e consequente junto a, pelo menos, algumas das 12 ocupações em Goiânia e municípios vizinhos, a cuja luta esse movimento dá suporte. De início, no cerne do MTD, nossas questões e enfrentamentos giraram em torno da aproximação entre a psicologia social e a psicanálise. Logo em seguida, quando se delineou a ação “Ler, escrever e brincar”, os fundamentos educativos, principalmente

¹⁷ Disciplina “Estágio Básico Supervisionado III” do curso de Psicologia da PUC-GO, ministrada por Lenise Santana Borges e cursada por Amily Rocha Naves e Cristóvão Giovani Burgarelli. A continuidade dessa pesquisa se deu tanto no âmbito das disciplinas “Estágio específico supervisionado I e II” do mesmo curso quanto no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE-UFG, do qual Cristóvão Giovani faz parte enquanto professor-pesquisador.

para se pensar uma alfabetização popular, foram convocados e instalados junto a outros dois pilares, sobre o mesmo alicerce que elegemos como principal, qual seja o dos movimentos sociais, sobretudo devido à articulação necessária com a política e o enfrentamento à vulnerabilidade dos direitos humanos.

2 SINTOMA E SUJEITO: A FUNÇÃO POLÍTICA DA PALAVRA

Para nossa experiência, engendrada no âmbito da pesquisa-ação “Bem-estar psíquico no laço social”, privilegiamos a consideração de que o engajamento do sujeito numa ética do desejo pode fazer resistência ao poder das estruturas sociais e dos discursos avassaladores. Entendemos também que recortar, no laço discursivo contemporâneo, um tempo, um espaço – uma comunidade – em que o Eu sustente o seu “sim” ou o seu “não” diz respeito a essa dialética desejante, cujo enfrentamento exige suspeitar tanto das promessas de felicidade quanto dos inúmeros adoecimentos catalogados, com seus respectivos fármacos já disponíveis nas prateleiras das drogarias. Suspeitamos, ainda, das constantes reconfigurações postas pela racionalidade técnico-científica decorrentes do movimento atual da ciência positivista. Na contramão, buscamos nos engajar numa prática social e política concebida e pensada teoricamente a partir de uma releitura crítica da psicologia social, da psicanálise e da educação, elegendo como chave para tal o papel central da linguagem e sua função política.

Conforme aprendemos a partir da, nossa convivência com o MTD-GO e conforme consta no site da campanha “Despejo Zero”, o direito de morar se constitui estritamente vinculado a outros direitos imprescindíveis como educação, saúde, recursos e serviços básicos ao cidadão, empregos e políticas públicas. Sem casa, portanto, significa sem educação, sem saúde, sem nomeação, sem memória e sem futuro. E mais: se a moradia é a porta de entrada para os direitos, a falta dela afeta sobretudo as crianças, “os pilares fundamentais para a construção de um futuro mais igualitário e democrático” (www.campanhadespejozero.org). Para nós, esse entendimento foi-se tornando mais claro a cada dia. O grito “*Direito de morar! Morar com direitos!*”, que, por várias ocasiões, soltamos juntos com os moradores das ocupações, sintetiza bem e com força o germe performático que advém dessa tomada de posição e ressoa tanto em nossos corpos quanto no horizonte à nossa frente.

Em seu artigo para o dossiê da *Revista Cult* “Sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro”, Safatle (2024, p. 29), ao problematizar os

altos índices referentes às “novas doenças” (principalmente o transtorno depressivo e o de ansiedade), bem como as atuais políticas de medicalização da população brasileira, lança-nos esta proposição, no mínimo, instigante: “Uma maneira de interpretar tais dados é dizer que eles mostram como ser um Eu atualmente é insuportável”. Na sequência desse enunciado, ele comenta sobre o “processo de formação social do Eu”, no qual sujeito e sintoma comparecem de modo estritamente vinculados, ou seja, “não há sujeito sem sintoma”, isto é, sem “as marcas de uma socialização que se confunde com as formas de alienação”. Em síntese, ele nos diz que a precarização social (dos direitos, conforme dissemos anteriormente) força as exigências de responsabilização individual – fazer por si mesmo e sem recursos seu empreendedorismo –, produzindo, assim, o aprofundamento do que hoje denominamos de transtornos ou doenças mentais.

A partir da interação e convivência com o MTD-GO, participando de suas discussões e de sua práxis, elegemos, como ponto fundamental de enfrentamento às vulnerabilidades e mal-estares, a possibilidade de alguma construção sociodiscursiva; tomamos, como princípio para nos aproximar das comunidades e tentar escutar delas alguma demanda referente à saúde psíquica, a função política da palavra. Mas o que isso significava ali no cotidiano, em nossos encontros com as pessoas das ocupações? Significava propriamente que nossa aposta, bem mesmo no sentido psicanalítico, era insistir em estar presente; como bem disseram algumas colegas do Grupo de Trabalho Psicanálise e Educação, da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), era “fazer casa para a palavra” (Fröhlich, Kierniew e Moschen, 2023).

Foi assim que lançamos nossa proposta ao MTD-GO, acompanhada das seguintes perguntas: em que medida a saúde mental (o bem-estar psíquico) é contemplada como direito no laço social e dentro do próprio movimento social que acompanhamos? Em que medida o silenciamento das subjetividades ali engajadas na luta pela moradia contribui para um possível impacto traumatizante e/ou sensação de impotência diante da estrutura social? Essas questões também nos orientaram a partir do momento que, no final de 2023, especificamos a comunidade Paulo Freire como o locus privilegiado para desenvolvermos nosso trabalho de pesquisa e de participação ativa nos problemas e desafios cotidianos das famílias que resistem à tal precarização social, que se apossam de uma área urbana abandonada para construir ali seu direito de morar com direitos, provando ao Estado a função social de tal área.

Tornou-se necessário, então, não apenas explicitar nosso embasamento

teórico, mas também justificar uma aproximação possível entre as três diferentes áreas do saber com que fomos nos envolvendo no decorrer de nosso trabalho - logo de início, a aproximação entre a psicologia social e a psicanálise, já que a equipe pesquisadora se constituía de dois psicanalistas que cursavam psicologia e escolheram, como supervisora de seu estágio específico (final de curso), devido ao percurso realizado em um dos três estágios básicos, uma professora da psicologia social comunitária. Por isso, na sequência, tornou-se necessário também explicitar e justificar nossa aproximação da educação e, mais especificamente, com uma abordagem para a alfabetização implicada com os fundamentos da psicanálise.

Essa aproximação se deveu ao fato de que, como efeito dos laços articulados a partir de nossa presença assídua e pontual na comunidade, aos sábados à tarde, na construção de nosso caso clínico, ganhou destaque a demanda de algumas mães referente a um saber-fazer com as queixas de que seus filhos pudessem ser “crianças que não aprendem”, que seriam “autistas”, “hiperativas”, “crianças que não poderiam ser educadas” devido a algum suposto distúrbio genético, neurológico, psicopatológico etc. Na contramão de tais saídas patologizantes (respostas-sentenças), nosso entendimento foi que precisávamos conviver mais de perto com essas crianças supostamente adoecidas e, assim, projetamos e realizamos, durante o segundo semestre de 2024, a ação “Ler, escrever e brincar”, juntamente com uma equipe multidisciplinar implicada com a educação popular, constituída e formada para tal propósito.

3 PSICOLOGIA SOCIAL-COMUNITÁRIA E PSICANÁLISE

Passemos agora, portanto, a uma discussão mais detalhada a respeito da aproximação aqui assumida entre a psicologia social comunitária, mais especificamente em sua abordagem socioconstrucionista, e a psicanálise.

De forma análoga à psicanálise, a psicologia social comunitária, mais especificamente em sua abordagem socioconstrucionista, situa a linguagem em um lugar de grande centralidade, pois considera que ela atua como protagonista no processo de construção da realidade; ela não só faz pensamentos como também faz realidades (Llínquez, 2004). A linguagem não é mera ferramenta para exposição de ideias, pois falar equivale a construir o mundo, nossas experiências, nossas emoções. Constituindo-se como uma forma de ação no mundo, a linguagem não é a expressão de algo interno ou de um conhecimento prévio, mas faz parte de um processo dinâmico de negociação de sentidos, atualizada por

interações cotidianas e institucionalizada por meio de matrizes que lhe sustentam e legitimam, afinal é com e na linguagem que os sentidos são construídos.

Trata-se, na verdade, de reconhecer e tirar consequências do advento das ciências da linguagem, ocorrido no início do século XX, também denominado de “virada linguística”, que, além de conferir um aumento progressivo de atenção à linguagem, impactou decisivamente as noções sobre a natureza do conhecimento, assim como modificou a própria concepção da natureza da linguagem. Quanto a isso, do lado da psicologia social, por exemplo, Ibáñez (2004) comenta que, por meio desse acontecimento histórico, a linguagem passa a ocupar um novo status, não mais como mera descrição das coisas, mas como constitutiva do mundo. Por sua vez, também a título de exemplo, do lado da psicanálise, Poli (2003, p.43) diz que “o advento das ciências da linguagem modificou o cenário da legitimidade científica, razão pela qual a retomada da aposta freudiana por Lacan deve ser entendida nesse contexto”.

Outro ponto que marca essa aproximação que pretendemos entre a psicologia socioconstrucionista e a psicanálise é a abertura para o diálogo com outros saberes (inter/multi/transdisciplinaridade, por um lado; pontos de verdade, por outro), o que demonstra um repensar constante de seus conceitos e práticas para possibilitar reformulações. Importante ressaltar que tal abertura da psicologia social se deu, sobretudo, a partir de uma crítica ao modelo dicotômico indivíduo-sociedade, aproximando-a de outras disciplinas das ciências sociais. Outro elemento impulsionador foi a convocação da sociedade para que a psicologia social se aproximasse dos problemas sociais contemporâneos, o que tornou a postura interdisciplinar indispensável. Nessa perspectiva, tanto a psicologia socioconstrucionista quanto a psicanálise assumem uma posição crítica e reflexiva sobre a ciência, o que as torna aliadas valiosas para potencializar as análises nas interações ou laços que se propõem pesquisar ou em que se propõem intervir. Em vez de demarcar a neutralidade, tentando afastar a subjetividade, os pesquisadores as transformam em um recurso potente que lhes possibilita levar em conta as consequências de que o conhecimento é uma coconstrução social, na qual eles também estão incluídos.

A partir dos argumentos do psicólogo social Iñiguez (2003), é possível afirmar que a perspectiva construcionista implica diferentes maneiras de se aproximar da produção do conhecimento: por um lado, problematizar e desconstruir noções profundamente arraigadas em nossa cultura; por

outro, exigir o posicionamento dos sujeitos como participantes ativos e agentes políticos no processo de transformação social. Nessa mesma direção, as psicólogas sociais Spink e Frezza (2000, p. 32-33) argumentam:

No cotidiano de nossas vidas, somos, de fato, produtos de nossa época e não escapamos das convenções, das ordens morais e das estruturas de legitimação. A pesquisa construcionista é, portanto, um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente construídas e historicamente localizadas. É um convite a aguçar a nossa imaginação e a participar ativamente dos processos de transformação social. Impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos.

Especificamente quanto à nossa pesquisa-ação, podemos dizer que esse diálogo entre psicologia social e psicanálise se revelou desde nossa aproximação com o MTD-GO e, na sequência, com a especificação de que nossa coparticipação cotidiana tomaria como locus privilegiado a Ocupação Paulo Freire. Já para essa decisão, levamos em conta a própria noção de campo que aprendemos na disciplina “Estágio Básico Supervisionado III”, no curso de psicologia da PUC-GO, mais especificamente com a elaboração de Spink (2003) sobre o que constitui, de fato, uma pesquisa na perspectiva denominada por ele como “pós-construcionista”. Foi essa a chave que nos permitiu, primeiramente, ampliar nossas discussões, nossas vivências e, depois, nossa elaboração teórico-prática para além de um tempo e de um lugar congelados. Avançamos, portanto, com uma concepção dinâmica, entendendo o campo como “a situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade (Law & Mol, as cited in Spink, 2003, p. 22). Sendo assim, nosso processo de pesquisa-ação passou a constituir “uma tentativa de confrontar, entrecruzar e ampliar os saberes” (Spink, 2003, p. 38).

Buscando aprender com a proposta de nosso estágio, porém sem descuidar de nossa formação enquanto psicanalistas, passamos a participar das situações que, a cada dia, eram-nos apresentadas pelas vias dos processos de diálogo e construção vivenciados no campo de pesquisa. Foi esse o caminho não apenas para elegermos a nossa argumentação principal, mas também para articulá-la aos interesses atuais tanto dos movimentos sociais quanto da comunidade com a qual estávamos convivendo. Conforme Spink e Spink (2017, p. 602-603), pesquisar o/no cotidiano, diferentemente do que se encontra comumente nos manuais acadêmicos sobre métodos de pesquisa, implica considerar que “a coerência é territorial” e se constitui de “pedaços de questões do

lugar, com suas socialidades e materialidades”. Nesse caso, mais que um programa de pesquisa predefinido, o que importa é a “malha de lugares e suas múltiplas conexões”.

Com essas balizas, no primeiro semestre de 2023, começamos nosso trabalho com o intuito de compreender as demandas psicossociais do MTD-GO e da Ocupação Paulo Freire, para, ao término da disciplina de estágio, propormos um projeto de coparticipação no âmbito da psicologia comunitária. Para tanto, fizemos os primeiros contatos com a militância do MTD e passamos a frequentar os “Círculos de Cultura” na ocupação, bem como as manifestações promovidas pelo movimento. Como consequência dessa primeira experiência, além do projeto que propusemos, qual seja um círculo de cultura específico sobre saúde mental, implementamos, no segundo semestre de 2023, o projeto de extensão “Bem-Estar Psíquico no Laço Social”, cuja equipe foi composta por representantes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG, do Movimento de Trabalhadoras(res) por Direito, bem como de alunos e professores de alguns cursos de graduação da UFG e da PUC (principalmente da pedagogia e da psicologia).

Tendo no horizonte um projeto de formação subjetiva e política e influenciadas pela aposta no poder transformador do diálogo e na criação de novas narrativas (Rasera, 2020), as iniciativas dessa equipe levadas ao campo comunitário foram pautadas em experiências e ações que diziam respeito aos problemas sociais e suas possíveis soluções, envolvendo condições precárias de educação, conflitos intergrupais, traumas coletivos, vulnerabilidade socioeconômico-discursiva (Rosa, 2016), bem como modos de organização, planejamento e desenvolvimento comunitário.

Tínhamos em vista que, no contexto da psicologia social comunitária, os pesquisadores necessitam primeiramente conhecer o grupo – em nosso caso, o movimento social em questão e especificamente a comunidade Paulo Freire. Precisávamos nos aproximar de seus componentes, ajudá-los a fazer um levantamento das necessidades psicossociais, para então, com eles, decidir o foco de intervenção; em suma, verificar se existe e qual é a demanda do grupo-alvo (Neiva, 2010). Imbuídos, então, dessa noção de que a organização própria da instituição (movimento social) e suas demandas específicas devem ser conhecidas e vivenciadas pelos pesquisadores, encontramos nos “Círculos de Cultura” que o MTD costuma realizar ali, com frequência, uma profícua oportunidade de aprender com aquela comunidade sobre os dispositivos já em marcha, principalmente aqueles a partir dos quais se franqueia a palavra, dando vez e voz a seus integrantes.

Esses círculos servem não apenas para a divulgação de informes acerca da regularização da posse dos territórios ocupados, mas também se constituem como um instrumento de formação política e de fluxo das demandas da comunidade, que, muitas vezes, são materiais, mas também, em grande medida, de ordem emocional e psíquica. Presenciamos, em todas as reuniões, a apreensão dos assentados diante da incerteza de seu destino e a acolhida sensível das militantes do MTD, que, ao fazerem a mediação entre a instância jurídica e formal da demanda por moradia, direitos e dignidade, também promovem um espaço para que a comunidade fale.

Em uma dessas oportunidades, foi marcante escutar de um dos integrantes da ocupação o argumento, pronunciado fortemente, com gesticulações expressivas, de que, se a Paulo Freire não conseguisse a regularização da posse, se fosse para “passar a patrola”, então nenhuma outra ocupação das imediações deveria também conseguir, ou seja, que “passasse a patrola” em todas. Havia ali a manifestação de uma indignação legítima, mas que, em sua revolta imediata, poderia enfraquecer o horizonte de uma possível conquista social e política para aqueles que, na vizinhança, sofrem as mesmas mazelas. Desencadeou-se, então, uma longa discussão sobre luta coletiva, conquistas históricas, momento específico de cada uma das ocupações etc.

Encontramos, nessa experiência, consonância com uma de nossas questões fundamentais: em que medida o silenciamento das subjetividades ali engajadas na luta pela moradia contribui para um possível impacto traumatizante e/ou sensação de impotência diante da estrutura social? Essa questão se articula com uma das proposições teóricas dos autores da importante publicação do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip/USP) intitulada “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico”: “a forma como uma cultura escolhe nomear e narrativizar o sofrimento psíquico, a maneira como ele é incluído ou excluído por determinados discursos, o modo como ele reconhece sujeitos para certas demandas e estados informados de mal-estar possuem valor etiológico, tanto quanto as determinações orgânicas” (Safatle, Silva Junior e Dunker, 2022, p. 12-13). Se, por um lado, “controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos fundamentais do poder, (Safatle, Silva Junior e Dunker, 2022, p.13), por outro, o MTD faz resistência a essa estrutura de desqualificação do discurso.

Acrescentamos a essa consideração o que nos ensina Marques e Genro (2016, p. 327-328) a respeito dos fundamentos epistemológicos

da pesquisa social: uma pesquisa cuidadosa requer a superação da lógica extrativa de conhecimento que impera nas investigações sociais, marcada, por exemplo, pela imposição de uma agenda que, embora externa à comunidade estudada, pretende-se cumprir com rapidez, coerência e docilidade; marcada também, além de tantas outras prepotências, pela incapacidade de não cogitar sequer produtos da investigação além do texto científico, capazes de apoiar as lutas em que se debatem os grupos pesquisados.

Fomos orientados, dessa forma, pela concepção de pesquisa cujo desenvolvimento se dá em colaboração (Marques e Genro, 2016), e foi nessa perspectiva que, durante os dois anos de construção de nosso campo, tensionamos as questões sobre como se desdobrava a aproximação entre nós pesquisadores e a comunidade ou sobre os aspectos de que podíamos de fato participar para construir com a comunidade, a partir de suas demandas, um espaço de escuta e diálogo. Em síntese, não inventamos, de antemão, uma oferta à Ocupação Paulo Freire de um projeto de educação popular voltado para a alfabetização de suas crianças. Foi no próprio processo de pesquisa colaborativa que, a partir de um determinado momento, as constantes queixas de mães da comunidade a respeito de seus filhos e filhas se alçaram na condição de uma demanda clínica à qual nos propusemos dar escuta pela via de uma ação interventiva no campo da educação, da linguagem e da psicanálise.

4 LER, ESCREVER E BRINCAR: FUNDAMENTOS EDUCATIVOS IMPLICADOS COM A PSICANÁLISE

Animados por essa construção – que nos remeteu muito particularmente à elaboração freudiana “Construções na análise” (Freud, 1937/2017) e, portanto, ao modo como se produz de fato um caso clínico –, passamos a ter um horário pontual com as crianças da ocupação, das 16h30min às 18 horas, na tenda em que se realizavam as atividades comunitárias, improvisando, com mesas e cadeiras carcomidas, um ambiente para falar, ler, escrever, desenhar e brincar. Meninas e meninos de 5 a 14 anos de idade, somando-se em torno de 15 participantes, alguns com mais assiduidade que outros, apareciam por lá, ou cativados por nossas presenças, ou curiosos com as propostas de atividades e materiais que improvisávamos, ou confiantes de que era importante aprender a ler, escrever e narrar suas histórias.

Nas palavras de Mendes (2015, p. 48), vimo-nos cernidos, em

nossa prática, pela “opacidade do caso”, pois, enquanto psicanalistas, aprendemos “a não considerar que [...] o que está em jogo é uma verdade material, baseada em fatos ou em uma simples realidade do acontecido”; que a realidade que nos é apresentada geralmente é mais complexa e nos convoca a considerar “o núcleo pulsional” que nela insiste (Mendes, 2015, p. 45) nos traços de memória, nos fragmentos ininteligíveis, nas resistências ao laço civilizatório, enfim, na recusa incessante ao situar-se no campo do desejo. Entendemos, desse modo, que seria a partir desse vazio, desse não saber que teríamos que nos dedicar a alguma invenção.

Ainda que pudesse haver de fato uma ou outra demanda de avaliação psicológica com eventual diagnóstico psicopatológico, demo-nos conta, no contato diário com as crianças, de que essas queixas sobrescritas na estrutura de um discurso médico-científico revelavam o caráter imperativo desse discurso em que, nas palavras de Danziato e Souza (2016), não há espaço para a consideração do que venha a caracterizar o sujeito do ponto de vista psicanalítico, ou seja, sua singularidade e sua clivagem subjetiva, nem tampouco a escuta dos paradoxos daí decorrentes entre o gozo como sofrimento e a satisfação com a própria queixa.

[...] o discurso médico hoje se constitui como uma nova moral corpórea que tampona as possibilidades próprias da subjetividade humana com promessas ingênuas de ‘felicidade farmacológica’ ou cirúrgica. Sabemos que um dos efeitos possíveis da medicalização apressada e desregrada pode ser um agravamento dos quadros clínicos por conta de um apagamento do sujeito e da sua responsabilidade subjetiva com o sofrimento. Da mesma forma, mas não menos grave, deparamo-nos com o risco de uma “identificação ao sintoma”, determinado por diagnósticos apressados e meramente classificatórios, de maneira que o sintoma deixa de ser uma interrogação sobre a vida e o desejo, para se tornar uma mórbida paralisia identificatória (Danziato e Souza, 2016, p. 175).

Desconfiados de tais promessas médico-farmacológicas, interessou-nos, portanto, interrogar-nos em que medida essas soluções psicopatológicas operam sob o signo imaginário da urgência, na lógica tutelar e moralista do cuidado na dimensão do controle biopolítico (Rosa, 2016, p. 64), ficando excluídas tanto as dimensões políticas na base dos acontecimentos quanto a dimensão da escolha do sujeito nesses mesmos acontecimentos. Diante, portanto, desse mal-estar na educação em sua relação com o laço social, constatamos que a comunidade, os familiares e essas crianças encontravam-se em condições adversas não somente quanto à educação escolar, mas também quanto à formação pelas manifestações sociais, pela cultura, pela arte e pela literatura.

Na tentativa de contornar esse fracasso (diferente de tamponá-lo ou superá-lo), no segundo semestre de 2024, lemos, escrevemos e brincamos com as crianças que vinham ao nosso encontro, na “tenda”, onde sempre chegávamos com algum livro “novo”, com alguma história a ser falada e escrita, com alguma brincadeira que privilegiava a palavra e sua função no laço social. Sucessivamente, vários encontros ocorreram, os quais se constituíram como o lugar privilegiado de nossa coparticipação, pois, a partir do dispositivo construído, escutávamos as crianças falarem de diversos acontecimentos em sua vida, como, por exemplo, um castigo ordenado pelo pai, uma atividade escolar, a chatice de algum(a) coleguinha, um presente ganhado, um animal de estimação, uma virose, um machucado, uma briga etc.

Apesar da insegurança quanto ao possível despejo e aos novos rumos da luta pelo direito de morar, já em meados de agosto, lançamos à comunidade o desafio de transformar essa atividade na ação aqui já mencionada, “Ler, escrever e brincar”, cuja proposta consistiu na realização de 10 encontros com atividades concebidas e sistematizadas para esse contexto. Para tanto, tornou-se imprescindível que recorrêssemos à educação e, mais especificamente, a seus fundamentos teórico-práticos sobre a alfabetização e o ensino da linguagem. Seis novos voluntários passaram, então, a compor a equipe de trabalho específica para essa ação de extensão. Assim, com esse grupo de oito participantes, mais a professora-supervisora do estágio da PUC-GO e alguns visitantes esporádicos (violonista, fotógrafo, entre outros), engajamo-nos, de uma só vez, nos três impossíveis abordados na obra freudiana: a política, a psicanálise e a educação.

Quanto à formação dessa nova equipe, vale a pena abrir um parêntese para relatarmos um ponto que consideramos interessante e que diz respeito à transmissão. A função política da palavra começou em nossa pesquisa - temos convicção disso - como um dispositivo conceitual da primeira disciplina de psicologia social comunitária que cursamos na PUC-GO, quando, inconscientemente, nós nos lançamos nesse projeto. Ela se estendeu, quase que de imediato, aos dois psicanalistas presentes e, numa dinâmica relativamente rápida também, a nossos laços com o MTD-GO e com a comunidade Paulo Freire. Não deu outra: falávamos incansavelmente sobre as nossas possibilidades de invenção em colaboração, como já foi dito antes. Éramos também, o tempo todo, interpelados por pessoas de diversos segmentos – nas manifestações políticas na cidade, nos corredores da universidade, nas instituições psicanalíticas e, por fim, muito especificamente (porque, no segundo semestre de 2024, tornou-

se matéria de aulas), em duas disciplinas do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da UFG: Alfabetização e Letramento (3.º período) e Fundamentos, Conteúdos e Metodologia de Língua Portuguesa II (5.º período)¹⁸. Daí, então, “o inconsciente fez chover”. Que outra coisa é essa, senão transmissão no sentido psicanalítico do termo?

O certo foi que, num curto espaço de tempo, essa equipe se formou pela via da palavra enlaçada singularmente nos diferentes contextos discursivos, e, para elaborar as atividades da “escolinha” (como as crianças da ocupação nomearam), passamos a nos reunir nas sextas-feiras, das 17h30min às 20 horas, na sala 242 da Faculdade de Educação da UFG. Nessa oportunidade, revisitávamos nossos estudos sobre alfabetização e sobre os fundamentos educativos implicados com a psicanálise; acolhíamos mutuamente as angústias e as expectativas dos integrantes da comissão de trabalho, e, no desenrolar da conversa, chegávamos a um acordo a respeito das propostas de trabalho para cada sábado; ocorria também, geralmente, uma supervisão em grupo para se compartilharem os acontecimentos de nosso encontro anterior na comunidade, com as crianças.

Com o objetivo de esclarecer melhor essa articulação a que recorremos entre educação e psicanálise, pode ser importante retomar, a título de síntese, o argumento principal de Burgarelli (2024), em seu artigo “O percurso de um professor da área de linguagem na Faculdade de Educação da UFG”. Discutindo a respeito das disciplinas que vem ministrando no decorrer dos últimos 29 anos, no curso de pedagogia, ele afirma:

[...] o cerne de nossa formação é a linguagem (radicalmente enquanto linguagem mesmo). [...] Dá para completar o parêntese [...] da seguinte forma: ... enquanto linguagem mesmo, e não enquanto pensamento, comportamento ou fenômeno. Justifica-se também, desse modo, a palavra “radicalmente”: o primeiro ponto a ser levado em conta é a função da fala no campo da linguagem (Lacan, 1953/1998), considerando que é da fala (linguagem em uso) que advirá a materialidade constitutiva da identidade, da nomeação ou das denominações

¹⁸ Cristóvão Giovani, um dos autores deste artigo, ministrou tais disciplinas. Lenise Santana Borges, coautora, ministrou as disciplinas no curso de psicologia da PUC-GO – Estágio Básico Supervisionado III, Estágio Específico Supervisionado I e Estágio Específico Supervisionado II. Amily Rocha Naves, psicanalista, coautora, foi aluna nessas disciplinas da PUC-GO, juntamente com Cristóvão Giovani. Clara Luiza e Silva Domingos, integrante da direção do MTD-GO, foi aluna na disciplina “Alfabetização e Letramento”. Maria Auxiliadora Justiniano e Patrícia Marques Amaral foram alunas na disciplina “Fundamentos, Conteúdos e Metodologia de Língua Portuguesa II”. Edinamara Cristina Araújo, auxiliar de atividades educativas na Secretaria Municipal de Goiânia, foi aluna dessa mesma disciplina, porém no primeiro semestre de 2023. Uene José Gomes é professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na área de Teologia e Ciências da Religião. Luna Carulina Mendes Filgueiras é membro do MTD-GO e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da UFG.

conceituais atribuídas a alguém. Em síntese: uma formação se faz pela linguagem, pelos discursos, pelos encadeamentos significantes; só depois dessa consideração podemos falar de inteligência, treinamento, consciência, função egoica, interação etc.

Trata-se de considerarmos o campo do Outro como responsável pelo processo de causação do sujeito, que, por sua vez, só pode comparecer, nesse campo, enquanto dividido entre ser ele próprio e identificar-se com os significantes de algum grupo, alguma comunidade ou instituição – algum saber que lhe for transmitido/ensinado. Numa primeira operação de sua formação, esse sujeito do inconsciente toma a palavra do outro e a empunha, em sua singularidade, como própria; já numa segunda, ele não cessa de se haver com o resto que sobra da operação anterior – um resíduo que não se mensura, pois não cabe nos saberes sabidos, evidentes, por isso às vezes fica esquecido, mas não deixa de lhe causar estranhamento e de convocá-lo a dizer mais e mais sobre si mesmo, sobre o mundo, sobre as pessoas e as coisas ao redor (Victor e Burgarelli, 2022). Chamamos esse querer dizer insistentemente, esse engajar-se no querer saber de campo do desejo.

Nos dizeres do argumento que recebemos como convite para propor este artigo ao dossiê “Entre o conflito e o confronto: a função política da palavra na educação”, constituir-se enquanto sujeito no campo do Outro implica submeter-se à lei da interdição do incesto, que se encontra na base do conflito psíquico. No entanto, não basta apenas esse passo, pois não se trata de adaptação nem de reintegração a uma normatividade (eliminando-se, assim, o núcleo pulsional, opaco e perturbador que sobra desse primeiro investimento). Além disso – o próprio texto do argumento nos dá a dica –, faz-se necessário levar em consideração “o antagonismo irremediável” entre as exigências da pulsão e as restrições do processo civilizatório (Freud, 1929-1930/1996). O título de nossa ação/intervenção, “Ler, escrever e brincar”, já aponta para a complexidade de tal processo.

Quanto a isso, um ponto importante é pensar a questão da agressividade, que, como diz Lacan (1948/1998, p. 119), participa no devir do sujeito enquanto uma “tensão correlata à estrutura narcísica” e nos permite compreender “toda sorte de acidentes e atipias desse devir”. Sendo assim, até mesmo o brincar, que puxamos da dimensão do lúdico, não nos permite tomar a noção de sublimação apenas em sua dimensão imaginária, isto é, como uma satisfação ilusória, sem impedimentos. Em vez disso, conforme aprendemos com Porge (2019, p. 25), devemos interrogá-la como “lugar da satisfação da repetição num movimento turbilhonário”, convocando-

nos, dessa forma, a considerá-la tanto em sua dimensão simbólica, ou seja, no encadeamento de significantes pelo qual a referida interdição se transmite e se regula, quanto em sua dimensão real, que nos convoca a pensá-la como uma erótica a partir da qual um trabalho clínico pode tornar possível que algo de sua opacidade, do núcleo pulsional de que também é feita, possa ser escrito num corpo.

O próprio conceito de inconsciente estruturado como uma linguagem, cujo percurso de elaboração se encontra no retorno de Lacan a Freud pela via da linguística, oferece-nos boas pistas para essa discussão:

[...] o inconsciente é o discurso do outro. O discurso do outro não é o discurso do outro abstrato, do outro da diáde, do meu correspondente [...], é o discurso do circuito no qual estou integrado. Sou um dos seus elos. É o discurso do meu pai, por exemplo, na medida em que meu pai cometeu faltas as quais estou absolutamente condenado a reproduzir [...] Forma circular de uma fala, que está justo no limite do sentido e do não sentido, que é problemática. *Eis o que é o precisar repetir* tal como o vemos surgir para além do princípio do prazer. Ele vacila para além de todos os mecanismos de equilíbrio, de harmonização e de concordância no plano biológico. Ele só é introduzido pelo registro da linguagem [...]. (Lacan, 1955/1985, p. 118, grifo nosso)

Em síntese, acreditamos que essa pequena passagem pelas questões que se põem em jogo quando se trata de pensar os fundamentos da educação em sua interrelação com a linguagem e com a psicanálise tenha nos situado melhor em nossa ação educativa “Ler, escrever e brincar”, juntamente com as crianças da Ocupação Paulo Freire.

Passemos, agora, à apresentação e discussão de algumas atividades pontuais que nos chamaram a atenção e que, muito provavelmente, nos ajudarão a lançar luzes ao argumento central de nossa elaboração, qual seja: a consideração, com consequências, do papel central da linguagem, bem como da função política da palavra na constituição do sujeito no laço social foi fundamental para nossa ação participativa junto à comunidade, possibilitando-nos um saber-fazer resistente à segregação e ao silenciamento.

A primeira atividade dessa nossa ação educativa tomou como material básico a letra da música “Gente tem sobrenome”, de Toquinho e Elifas Andreato, a qual, posteriormente, foi ensaiada e cantada por todas as crianças, com a coparticipação de um músico-violonista que convidamos para ir à comunidade. Inspirado nessa interrelação inicial com as crianças, um dos participantes de nossa equipe multidisciplinar produziu e trouxe para uma de nossas reuniões preparatórias um texto de sua autoria sobre a amizade entre o lápis e o papel, que nos inspirou na elaboração de

várias outras atividades, entre elas aquelas em que Carolina Maria de Jesus e Malala Yousafzai tornaram-se personagens centrais de uma jornada em que cada criança se dispôs, no seu tempo, a contar sobre seu nome próprio, seus familiares, seus ambientes e seu mundo por meio da fala, do desenho e da escrita¹⁹.

Com esse mote, também desenvolvemos um encontro em que as crianças caminharam conosco pela ocupação mostrando suas casas, os lugares em que gostam de brincar e onde moram seus amigos. Nesse dia, utilizando nossos celulares, elas tiraram fotos de lugares que consideravam especiais, as quais foram reveladas e devolvidas a elas no encontro seguinte, para que falassem e escrevessem a partir de tais imagens, no intuito de promover o reconhecimento de seus territórios e suas memórias. Recordamo-nos, devido a esses momentos, do que nos disse, há mais de três décadas, Gonçalves Filho (1998): “a visão dos bairros pobres parece, às vezes, ainda mais impiedosa do que a visão de ambientes arruinados: [...] são bairros que mal puderam nascer para o tempo e para a história” (p. 16). Ali o trabalho humano sobre a natureza e sobre a cidade parece mesmo interceptado, mas apostamos que, em suas linhas corroídas e em suas formas parcialmente quebradas, pode persistir a memória daquelas crianças que estão crescendo, brincando, aprendendo a ler e a escrever na Ocupação Paulo Freire.

Pouco a pouco, fomos achando a direção possível para nossas propostas de atividades. A singularidade, a diversidade e a implicação desejante de cada um dos membros da nova equipe foram permitindo que ampliássemos também nossas propostas de brincadeiras, que geralmente se articulavam com nosso objetivo de incentivar aquelas crianças a construir nomeações, memórias e autonomia sobre as diferentes coisas e lugares no mundo. Entramos, de fato, no movimento de lançar mão dos materiais disponíveis e possíveis para aquele contexto e, assim, fomos enchendo nossa caixa plástica (engradado) de brinquedos pedagógicos, cartolinas, livrinhos infantis, pranchetas para anotações, cartinhas das crianças etc.

Tornou-se, sem dúvida, muito forte e interessante a dimensão que passou a ter para nós o termo “construção”, com todos os seus efeitos, pois, de um certo momento em diante, deparamo-nos com a construção de um campo-tema ou de uma clínica delineada para além das linhas divisórias dos consultórios; deparamo-nos também com a construção de uma equipe, formada muito precisamente pelo desejo de quem, ao ouvir

¹⁹ Nessa ocasião, trabalhamos, entre outros materiais, com os livros “Carolina Maria de Jesus para crianças”, de Navarro (2022), e “Malala e seu lápis mágico”, de Yousafzai (2018).

falar do projeto, foi capturado; e, mais que isso, uma equipe formada por diferentes profissionais que, no dia a dia, trabalharam juntos, porém cada um de modo singular. Mendes (2015, p. 39) nos ajuda a pensar esse efeito-equipe em sua articulação, por um lado, com os próprios limites que o caso nos impõe e, por outro, com as brechas que se abrem para nos fazer desejar.

Nosso décimo e último encontro, planejado no âmbito dessa ação, foi na manhã do dia 14 de dezembro de 2024, sábado, quando, bem cedinho, nós nos encontramos na tenda (centro comunitário) para a consolidação de mais um importante combinado que idealizamos, falamos e escrevemos juntos: um passeio ao Planetário da UFG, para assistirmos à sessão “O príncipe sem nome”, uma expedição na nave espacial para conhecer as constelações, as estrelas, os planetas do Sistema Solar, a superfície da lua, até chegar à Terra. Após o filme, fizemos um piquenique e, na sequência, antes de voltarmos à comunidade, realizamos uma cerimônia de entrega dos certificados, que vieram acompanhados de um brinquedo e um livro. Vale enfatizar que a primeira ideia a respeito desse passeio adveio da fala de uma das crianças durante uma de nossas atividades. Passeando pelas ruas da ocupação, a fim de observar, ler, conversar e escrever, ela indagou: “Tem uma hora que a gente chega lá, onde está o céu? Será onde que ele acaba?”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, concluímos nosso trabalho provisoriamente, mas com a certeza de que esses encontros constituíram nosso lugar privilegiado de laço, no qual as crianças falaram de diversos acontecimentos de sua vida. Assim, elas expandiram a dimensão simbólica de suas realidades, articulando reflexões acerca da amizade entre o lápis e o papel, entre a palavra e o mundo a partir de seus nomes próprios, do reconhecimento de seus territórios e da elaboração de suas memórias. Do ponto de vista de nosso trabalho acadêmico, também conseguimos avançar com questões e com experiências importantes, como, por exemplo, o social como operador conceitual (explicitamos que se trata de um laço, e não de um conceito óbvio), bem como a possibilidade de fazer pesquisa a partir do entendimento de que “a palavra funda o fato e faz registrar a história” (Rosa, 2016, p. 34). São balizas das quais poderemos tirar mais consequências para uma construção ainda maior, que, de verdade, faça resistência ao poder da ideologia dominante com todos os seus dispositivos, inclusive o

poder das denominadas evidências (técnico)científicas, o poder médico e o poder das mídias e das instituições que aparelham o Estado.

Sem perder de vista a chave fabricada a partir da psicologia social comunitária, abordamos a função política da palavra na educação propondo construções pela linguagem, ou seja, enunciação no cotidiano (uma práxis). Acreditamos que essa elaboração se articula com o que a psicanálise, reinaugurada por Lacan, ensina a respeito da proposição de que “o inconsciente é o discurso do Outro”, o que, de certa forma, exemplificamos no decorrer deste artigo. Participamos, enfim, de uma ação política (modo de viver na pólis) intrincada com a dimensão inconsciente dos discursos, dos sintomas e dos modos singulares de construções capazes de enfrentar os desafios da realidade cotidiana. Em síntese, testemunhamos que a dignidade da fala singular, da posição subjetiva que se sustenta por uma diferença tem a ver com o que a psicologia nos ensina sobre “função do social”; tem a ver com o que a psicanálise nos ensina sobre “inconsciente”; e tem a ver, ainda, com o que a educação nos propõe como “aposta no desejo de saber”.

REFERÊNCIAS

- Danziato, L. J. B., & Souza, L. B. (2018). O lugar do sujeito e do gozo nos processos de medicalização dos sintomas. *Barroco em revista*, 14(1). <https://doi.org/10.9789/1679-9887.2016.v14i1.1.p>
- Burgarelli, C. G. (2024). O percurso de um professor da área de linguagem na Faculdade de Educação da UFG. *Rev. Educação e Fronteiras*, 14(2), e024021.
- Campanha Despejo Zero. (08 de janeiro de 2025). www.campanhadespejozero.org
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI, pp. 65-148). Imago. (Trabalho original publicado em 1929-1930)
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação Social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.

- Freud, S. (2017). Construções em análise. In *Fundamentos da clínica psicanalítica* (C. Dornbusch, Trad., pp 365-382). [Obras incompletas de Sigmund Freud]. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1937)
- Fröhlich, C. B, Kierniew, J, G., & Moschen, S. Z. (2023). Último round, fazer casa para a palavra: articulações entre psicanálise, educação e saúde. In R. Gurski, & N. L. de Lima (Orgs.). *Psicanálise, educação e política na universidade e na cidade* (pp. 149-167). Benjamin Editorial.
- Ibáñez, T. (2004). O “giro lingüístico”. In L. Íñiguez (Org.). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 19-49). Vozes.
- Íñiguez, L. (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Editora Vozes.
- Lacan, J. (1985). O circuito. In *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica* (pp. 103-119). Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos* (pp. 238-324). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). A agressividade em psicanálise. In *Escritos* (pp. 104-126). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Marques, P. M., & Genro, M. E. H. (2016). Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. *Estud. sociol.* 21(41), 323-339.
- Mendes, A. A. (2015). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. Editora CRV.
- Navarro, A. de A. (2022). *Carolina Maria de Jesus para crianças*. Editora Ciranda Cultural.
- Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. Vetor, 25.
- Poli, M. C. (2006). “Eu não procuro, acho”: sobre a transmissão da psicanálise na universidade. In A. C. Lo Bianco (Org.). *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Contracapa.

- Porge, É. *A sublimação, uma erótica para a psicanálise*. Aller, 2019.
- Rasera, E. F.. (2020). Construcionismo social e trabalho comunitário: conflito, diálogo e participação. *Psicologia & Sociedade*, 32, e219692. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32219692>
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Fapesp.
- Safatle, V. (2024). Uma era de crise psíquica. Dossiê: Sofrimento psíquico no neoliberalismo brasileiro. *Cult*, 311(27).
- Safatle, V., Silva Junior, N. da S., & Dunker, C. (2022). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2) 1842. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-7182200300020003>
- Spink, M. J. P. & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. P. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações metodológicas* (pp. 17-40). Cortez.
- Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2017). Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, 19(3), 591-605.
- Victor, E. A., & Burgarelli, C. G. (2022). Sujeito e objeto na clínica psicanalítica: a função do resto. *Revista Subjetividades*, 22(1), 1-11.
- Yousafzai, M. (2018). *Malala e seu lápis mágico*. Editora Companhia das Letrinhas.